

ENTRE O DISCURSO ECOLÓGICO E A REALIDADE DOS TERRITÓRIOS HÍDRICOS: QUEM LUCRA COM AS SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS? ODS 14

Mariasmin Simoes Faria Pires (Colégio Mágico Integrado)
Yuna de Sá Marques (Colégio Mágico Integrado)
Lucas Régis (Colégio Mágico Integrado)
Amanda Romão de Paiva (Colégio Mágico Integrado)

A crescente preocupação com a sustentabilidade e a saúde dos ecossistemas marinhos, tem impulsionado um discurso global sobre a busca por soluções inovadoras e práticas de preservação. No entanto, o debate sobre conservação ecológica evidencia um trilema entre crescimento econômico, bem-estar social e preservação ambiental. Nesse contexto, programas e certificações da economia marítima e fluvial concentram benefícios em grandes corporações, enquanto marginalizam comunidades tradicionais. O objetivo dessa pesquisa é analisar as contradições entre o discurso ecológico e a realidade vivida por essas comunidades, questionando quem de fato se beneficia das soluções apresentadas como sustentáveis. Para tanto, a metodologia adotada reúne revisão bibliográfica e a análise de dados secundários, associadas à aplicação de um questionário direcionado a universitários com experiência em ações extensionistas. O instrumento avaliou percepções sobre protagonismo, participação e distribuição de benefícios. A partir disso, os resultados da revisão teórica indicam que o discurso da sustentabilidade hídrica, expresso em programas de transição energética, economia azul e mercados de carbono, configura-se como práticas neocoloniais. Sob a aparência de inovação e responsabilidade ambiental, essas iniciativas legitimam a financeirização da água e a continuidade da exploração de mares e rios, deslocando comunidades tradicionais e enfraquecendo sua soberania territorial. Já os resultados empíricos reforçam a percepção dessa desigualdade: 42,9% dos participantes concordaram totalmente e 35,7% parcialmente que as comunidades tradicionais são vulneráveis frente a grandes projetos econômicos; 78,6% afirmaram que a degradação de ecossistemas aquáticos afeta diretamente sua sobrevivência e cultura; 57,1% apontaram a pesca ilegal como fator de insegurança alimentar; e 57,1% percebem que a atual gestão costeira favorece o domínio empresarial sobre os recursos e 78,6% apontam que fortalecer a gestão comunitária e os saberes tradicionais é essencial para uma economia justa e sustentável. Esses resultados evidenciam que o modelo hegemônico de sustentabilidade, guiado pela lógica de mercado, não assegura equidade ambiental nem justiça social. Urge então a necessidade de promover reformas estruturais que garantam soberania alimentar, redistribuição justa dos lucros da economia azul, a democratização do acesso aos recursos e protagonismo real das comunidades tradicionais nas decisões sobre seus territórios.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Justiça Ambiental, Comunidades tradicionais, Territórios Hídricos